

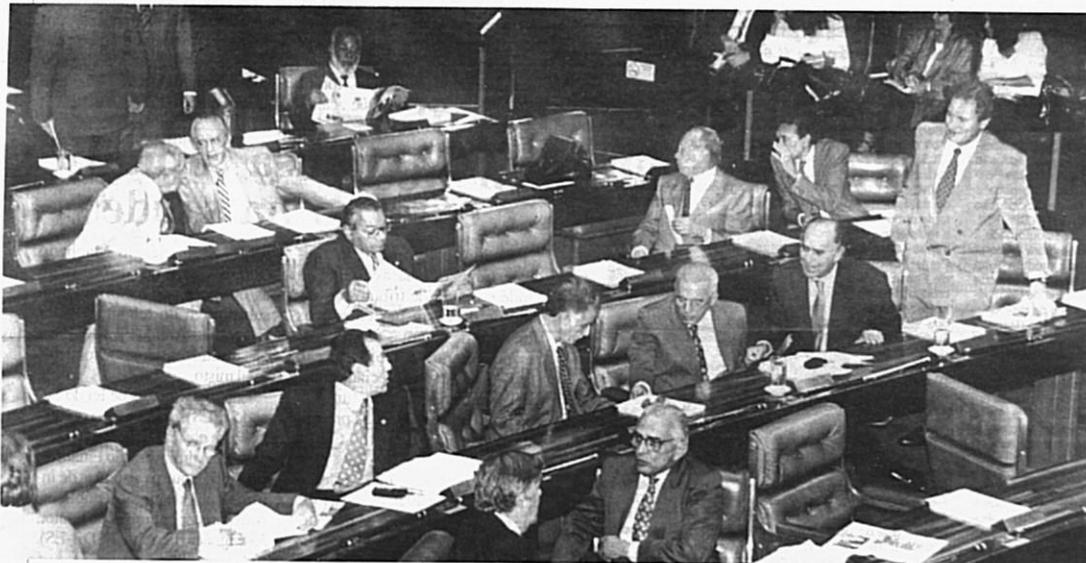
JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 703 - Brasília, quarta-feira, 3 de junho de 1998

Senado aprova punição para tentativa de retardar a Justiça

Litigante de má-fé, interessado apenas em manobras protelatórias, poderá ser obrigado a pagar multa e indenização, conforme projeto votado ontem pelo plenário. Hoje será apreciada a emenda que acaba com a guerra fiscal entre os estados



Senadores devem votar hoje a proposta de emenda constitucional que limita a concessão de incentivos pelos estados para atrair indústrias

O plenário do Senado aprovou ontem projeto originário da Câmara que permite ao juiz punir quem apresentar recurso em ação judicial apenas com o objetivo de atrasá-la. Conforme o relator da matéria na CCJ, senador Pedro Simon, calcula-se que metade dos recursos interpostos nos processos judiciais tem objetivo único de retardar a sentença.

Hoje deve ser votada em plenário a proposta de emenda constitucional do senador licenciado Waldeck Ornelas que pretende acabar com a concessão indiscriminada de incentivos para atrair indústrias, conhecida como guerra fiscal entre os estados. Páginas 2 e 3

CE

Comunicação de massa terá debate público

Por solicitação da senadora Emília Fernandes, a Comissão de Educação realiza audiência pública hoje, tendo como temas projeto de lei de comunicação de massa, serviços de radiodifusão e regulamentação das retransmissoras de TV e rádio educativas. Página 8



Comissão deu parecer favorável aos financiamentos para o gasoduto Brasil-Bolívia

Seca dura 8 meses, diz Suassuna

Senador informou ter ouvido de FHC que a seca durará o dobro do previsto. Página 7

Suplicy faz denúncia de maus-tratos

Violência da PM de Goiás contra trabalhadores sem-terra foi condenada. Página 6

CAE

Gasoduto ganha empréstimos

Em reunião realizada ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos deu parecer favorável à contratação de empréstimos junto ao BID e ao Banco Mundial, para financiar a construção do gasoduto Brasil-Bolívia. O presi-

dente do Banco Central, Gustavo Franco, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, comparecerão à CAE no dia 17 de junho, para falar sobre a política de combate ao déficit público. Páginas 4 e 5

Também está em pauta hoje o substitutivo do senador José Fogaça às emendas constitucionais que restringem a imunidade parlamentar, tornando mais fácil a abertura de processo pelo Supremo Tribunal Federal

Emenda da guerra fiscal deve ser votada

Senado lança duas coleções de livros

O Conselho Editorial do Senado, presidido pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), lança hoje, no Café dos Sena-

dores, as coleções *Biblioteca Básica Brasileira* e *Brasil 500 Anos*, além de mais quatro títulos da *Coleção Memória Brasileira*, lançada em 1996. Os livros serão distribuídos e comercializados em todo o país pela Editora da Universidade de Brasília e poderão ser adquiridos também pelos Correios ou no posto de vendas instalado no Senado.

Da coleção *Biblioteca Básica Brasileira* serão lançados inicialmente *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco, e *Querela do Estatismo*, de Antonio Paim. A coleção reúne obras fundamentais para o conhecimento da formação nacional.

A série *Brasil 500 Anos* prevê a publicação de obras de referência para o estudo da História do Brasil.

O plenário do Senado deve votar hoje proposta de emenda constitucional do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA) considerada importante para acabar com a concessão indiscriminada de incentivos fiscais para atrair indústrias, conhecida como guerra fiscal entre os estados. A emenda recebeu substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A emenda autoriza o Senado a votar uma resolução contendo as condições para que os estados ofereçam tais incentivos. A proposta já esteve em votação de plenário, onde recebeu emendas, as quais foram analisadas pelo relator, que acatou

algumas delas. No último dia 20, a emenda esteve na Ordem do Dia, mas a votação foi adiada para hoje a requerimento do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC).

Na sessão desta quarta, o plenário apreciará outras dez matérias, incluindo o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a nove propostas de emenda constitucional destinadas a facilitar a aprovação de pedidos do STF para processar parlamentares.

De acordo com o substitutivo, os parlamentares continuarão com imunidade por suas opiniões, palavras e votos, mas o pedido do Supremo para abrir processo terá de ser votado em 120 dias.

Agenda

PLENÁRIO

Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno
15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "PDL nº 44/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Itai Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaíba - RS; "PDL nº 84/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Ribeirão Preto - SP; "PDL nº 88/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Difusora A Voz de Bagé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagé - RS; "PDL nº 108/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Comunitária de Comunicações de Rio Grande Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande - RS; "PDL nº 111/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jaboticabal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboticabal - SP; "PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; quinto e último dia de discussão em primeiro turno das "PECs nºs 2, 3 e 10/95; 18 e 34/97; 9, 12 e 14/98, que dispõem sobre imunidade parlamentar; "Projeto de Resolução nº 25/97, que altera a denominação e a estrutura da Consultoria de Orçamentos; "Requerimento nº 268/98, de autoria do senador Djalma Falcão, solicitando a constituição de uma comissão externa do Senado para promover verificação *in loco* dos efeitos produzidos pela atual seca no Nordeste; "Requerimento nº 297/98, de autoria do senador Ney Suassuna, solicitando a criação de uma comissão especial do Senado para inspecionar, *in loco*, a distribuição de cestas básicas e de água, bem como o cadastramento, o alistamento e a operacionalização das frentes de trabalho nos estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Alagoas e Bahia; e "Requerimento nº 323/98, de autoria do senador Sérgio Machado, solicitando a criação de comissão senatorial temporária do Senado para acompanhar as ações emergenciais e elaborar um plano de medidas permanentes a serem adotadas junto às áreas atingidas pelas secas no Nordeste

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95, que suprime o § 3º do art. 199 da Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 25/96, que inclui o art. 74 no Ato das Disposições Transitorias, referente a plebiscito em 1998, quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos; "PEC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro; "PLS nº 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento; "PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública

e dá outras providências; e "PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 131/96 (terminativo), que dispõe sobre a língua brasileira de sinais; "PLS nº 301/95 (terminativo), que cria o conselho federal e os conselhos regionais dos técnicos agrícolas e industriais; "PLS nº 332/95 (terminativo), que dispõe sobre a criação de comissões intersindicais de conciliação - CICS; "PLS nº 58/97 (terminativo), que dispõe sobre a obrigatoriedade da fluorinação de sal (clorato de sódio); e "PLS nº 86/97 (terminativo), que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos

16h30 - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: "Ofício "S" nº 42/98, solicitação da prefeitura municipal de Ferraz de Vasconcelos - SP, para contratar operação de crédito externo junto à CEF; "Mensagem nº 118/97, solicita autorização do Senado para contratação de operação financeira que visa ao reescalonamento de créditos brasileiros junto à República Argentina; "Mensagem nº 163/98, solicita autorização do Senado para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil; e "Projeto de Resolução nº 49/96, tramitando com outros que tratam do mesmo assunto

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Mensagem nº 144/98, do presidente da República, submetendo o nome de Paulo Dyrceu Pinheiro para o cargo de embaixador do Brasil em Cingapura; "Mensagem nº 161/98, do presidente da República, submetendo o nome de Sérgio Barcellos Telles para o cargo de embaixador do Brasil no Líbano; "PDL nº 11/98, aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Brasil e a Hungria; "PDL nº 21/98, aprova o texto da convenção para prevenir e punir os atos de terrorismo configurados em delitos contra as pessoas e a estabilidade coreana, quando tiverem eles transcendência internacional, concluída em Washington, em 02/02/71; "PDL nº 15/98, aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de Turismo, celebrado com a Guiné-Bissau; "PDL nº 19/98, aprova o texto da Convenção da Unidroit sobre bens culturais furtados ou ilicitamente exportados; "PDL nº 20/98, aprova o texto do protocolo adicional ao tratado de amizade, cooperação e comércio sobre facilitação de atividades empresariais, celebrado com o Uruguai; e "PDL nº 22/98, aprova o texto do tratado de proibição completa de testes nucleares, concluído em Nova York, em 24/09/96

18h - Comissão de Educação

Pauta: Audiência pública para debater o tema "Projeto de lei de comunicação de massa: estruturação, operacionalização e manutenção dos serviços de radiodifusão televisiva - regulamentação das retransmissoras de TV's rádios educativas" - Convênios: ministro da Educação, que será representado pelo assessor de Comunicação Social do MEC; representantes da Associação Nacional de TVs Educativas Comunitárias; do Canal Futura; da TV Cultura de Ouro Preto; da Fundação Padre Anchieta; da TV Educativa do Rio Grande do Sul; e do Canal Educativo da PUC

CCJ analisa capital externo na saúde

Permitir a participação de capitais estrangeiros na assistência à saúde e isentar de tributos os alimentos da cesta básica são os objetivos de algumas das propostas de emenda à Constituição (PECs) que serão apreciadas hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Outras propostas que se destacam na pauta de 49 itens são a PEC que cria Tribunais Regionais Federais, com parecer contrário do rela-

tor, senador Sérgio Machado (PSDB-CE); a que dispõe sobre as operações de *factoring*, com substitutivo do relator, senador Espíndilo Amin (PPB-SC); e a que institui o sistema eleitoral distrital misto.

Entre os projetos de lei do Senado (PLS), destaca-se o que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e outros sistemas de informações de órgãos públicos, com parecer favorável do relator, José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

CAS terá hoje pauta com 12 projetos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), reúne-se hoje, a partir das 10h, para votar uma pauta com 12 projetos de lei, 11 em caráter terminativo. Entre eles, o de autoria da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que dispõe sobre a língua brasileira de sinais. O parecer da relatora, senadora Marina Silva (PT-AC), é favorável à proposição.

Também deverão ser examinados, entre outros, projetos sobre os seguintes assuntos: negociação coletiva de direitos previstos na CLT, de iniciativa do senador Gilberto Miranda (PFL-AM); criação de comissões intersindicais de conciliação, do senador Arlindo Porto (PTB-MG); obrigatoriedade da fluorinação do sal, do senador Júlio Campos (PFL-MT).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marisa
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes
Lúcio Coelho - Joel de Holanda - Mariuca Pinto
Diretor-Geral do Senado: Agacil da Silva Maia
Diretor-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editor-Chefe - Djalba Lima
Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Email: jornal@senado.gov.br

O responsável por ação destinada a atrasar decisão final do Poder Judiciário terá de pagar 1% sobre o valor da causa, além de indenização, segundo projeto encaminhado à sanção presidencial

Protelação da Justiça será punida com multa

PMDF pede desculpas por incidente com Suplicy

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu hoje em seu gabinete o comandante da Polícia Militar no Distrito Federal, coronel Person, que veio pedir desculpas pelo incidente ocorrido durante a manifestação em frente ao Congresso no dia 21 de maio, no qual o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) teve a roupa rasgada por um cachorro policial da raça *rottweiler*.

O coronel estava acompanhado pelo soldado Ferreira, que durante a manifestação conduzia o



Suplicy recebeu em seu gabinete a comitiva de policiais de Brasília

ção, pelos oficiais responsáveis pela operação e pelo assessor de comunicação da PMDF. O grupo foi recebido primeiro pelo próprio senador, em seu gabinete, tendo explicado que Suplicy não foi reconhecido de imediato.

Suplicy aceitou as desculpas, dando o caso por encerrado:

— Acho que é dever do policial militar ajudar, e não impedir, que um senador leve ferido grave ao serviço médico. E a pessoa atingida, Irineu Dias Leite, efetivamente perdeu a vista e necessita de transplante de córnea. Mas esta visita é uma atitude importante — afirmou.

Pessoas que apresentarem recurso em ação judicial com mera finalidade de protelar a decisão final da Justiça poderão ser punidas pelo juiz com multa de 1% do valor da causa e ainda ser obrigadas a pagar indenização e os advogados da parte contrária. A indenização pode ser fixada em até 20% do valor da causa pretendida. Essa decisão foi tomada ontem pelo plenário do Senado. A proposta agora vai à sanção do presidente da República.

O projeto, que acrescenta um inciso ao artigo 177 do Código de Processo Civil, foi saudado em plenário pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Para ele, calcula-se que metade dos recursos interpostos nos processos judiciais tem objetivo único de atrasar a decisão final dos juízes. Assim, a seu ver, a mudança será importante para ajudar a desa-

fogar a Justiça brasileira.

Com a mudança, será considerado "litigante de má-fé" aquele que "interpuser recursos com intuito manifestamente protelatório". O Código de Processo já prevê que um juiz pode considerar "litigante de má-fé" pessoas que apresentarem recursos em seis situações, entre elas, alterar a verdade dos fatos, opuser resistência injustificada ao andamento do processo, pretender derrubar texto expresso em lei ou fato incontroverso e usar do processo para conseguir objetivo ilegal.

O senador Pedro Simon afirmou em seu relatório que a decisão do Senado vem "pacificar a jurisprudência dos tribunais, que é dúbia sobre o tema. Ora os tribunais entendem a apresentação desses recursos como ato de má-fé, ora não a entendem assim". O projeto foi apresentado na Câmara pelo deputado Jarbas Lima.

Emília vê "discriminação" contra juízes classistas

Ao defender sua emenda, que queria a supressão do artigo 5º do projeto de lei que alterou a remuneração dos magistrados federais (ver matéria nesta página), a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) afirmou que as alterações propostas para os juízes classistas são discriminatórias e inconstitucionais. O referido artigo — alvo de outra emenda supressiva apresentada pelo senador Odacir Soares — determina o congelamento, nos valores atuais, das gratificações por comparecimento às sessões recebidas pelos juízes classistas, além de vinculá-las à remuneração do funcionalismo público — atualmente, são ligadas à remuneração da magistratura.

Para a senadora, a medida não



Emília lembra direitos adquiridos respeita os direitos adquiridos, resguardados pelo artigo 36 da Constituição. Ela lembrou que os aproximadamente dois mil juízes classistas são responsáveis por 50% das conciliações nas primeiras audiências das mais de mil Juntas de Conciliação e Julga-

mento da Justiça do Trabalho em todo o país. Segundo a senadora, isto representa uma economia de R\$ 850 milhões em trâmite judicial. A economia originada pelos classistas nas audiências de conciliação também foi ressaltada pelos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Ademir Andrade (PSB-PA).

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou que o projeto transforma os juízes classistas em juízes de segunda categoria. Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o projeto humilhava a categoria, e por isto preferia votar o projeto original enviado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), de apenas um artigo, em vez de votar o substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados.

Remuneração no Judiciário disporá de novas regras

O Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara dos Deputados que altera a remuneração dos ministros dos tribunais superiores, dos tribunais regionais federais e dos juízes federais de primeira e segunda instância. A medida afeta também os magistrados da Justiça Comum do Distrito Federal.

O projeto, encaminhado ao Congresso pelo Superior Tribunal de Justiça, foi aprovado de acordo com o voto do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ele foi contrário às emendas apresentadas em plenário. Aprovado tal qual veio da Câmara, vai agora à sanção.

De acordo com o texto aprovado, os ministros dos tribunais superiores — Superior Tribunal de Justiça (STJ), Superior Tribunal Militar (STM), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — passarão a ganhar 95% da remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Já os juízes dos tribunais regionais receberão 90% dos vencimentos dos integrantes dos tribunais superiores — mesma remuneração que será destinada aos desembargadores do Tribunal de Justiça do DF.

Os juízes federais e juízes substitutos, da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho, vão ganhar 90% do



Tuma: contra as emendas

que ganham os juízes dos tribunais regionais. Os juízes de direito e substitutos ganharão 90% do que ganham os desembargadores. Já o juiz-auditor-corregedor receberá 90% do ministro do STM.

A polêmica no plenário girou sobre o artigo 5º do projeto aprovado. Este artigo congela nos valores atuais os *jettons* pagos aos juízes classistas e os vincula à remuneração do funcionalismo. Hoje, os valores são vinculados aos salários da magistratura.

O abono variável retroativo a 1º de junho também gerou celeuma. Este abono corresponde à diferença entre a remuneração mensal atual dos magistrados e o valor do subsídio que foi fixado na emenda constitucional, ainda a ser promulgada, que altera o inciso V do artigo 93 da Constituição.

Plenário aprova renovação de quatro emissoras de rádio

O plenário do Senado aprovou ontem a renovação da concessão de quatro emissoras de rádio, nos municípios de Cajazeiras (PB), Ituiutaba (MG), Itabira (MG) e Uruguaiana (RS). Os projetos já haviam sido aprovados na Câmara. Com a publicação dos decretos legislativos, as rádios terão sua concessão renovada por dez anos.

A Rádio Patumate Ltda. irá renovar sua concessão de frequên-

cia modulada (FM) em Cajazeiras. O parecer da Comissão de Educação, favorável, foi do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Foram 41 votos a favor e sete abstenções. O senador José Fogaça (PMDB-RS) foi o autor do parecer, também favorável, que resultou na aprovação da renovação da concessão da Rádio Charua, em Uruguaiana, em FM como a anterior. Houve 51 votos a favor e seis abstenções.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) elaborou os pareceres favoráveis da Comissão de Educação que culminaram na aprovação das renovações da rádio em FM do Sistema Cancellia de Comunicação, em Ituiutaba, e da Rádio Fifom, em ondas médias (OM), em Itabira. A primeira teve 47 votos a favor, um contra e sete abstenções, e a segunda ficou com 51 votos a favor e seis abstenções.

Com pareceres favoráveis do senador Jefferson Péres, foram acolhidas duas solicitações para financiamentos no total de US\$ 370 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e ao Banco Mundial

CAE aprova empréstimos para gasoduto

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), aprovou ontem pareceres favoráveis às solicitações do presidente Fernando Henrique Cardoso para contratação de operações de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Banco Mundial, destinadas ao financiamento do gasoduto Brasil-Bolívia. As matérias serão votadas agora pelo plenário do Senado.

Os dois pareceres foram apresentados pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM). Na primeira solicitação, o governo foi autorizado a contratar operação de crédito com o BID, no valor de US\$ 240 milhões. A segunda autorização é para financiamento, junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 130 milhões.

As duas operações serão feitas entre os bancos e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), subsidiária da Petrofertil, empresa da Petrobras. Durante o debate sobre as mensagens presidenciais, os senadores elogiaram a construção do gasoduto, afirmando que trará bons resultados à economia brasileira. O senador Lauro Campos (PT-DF) votou contra os dois pareceres.

Jefferson Péres disse que o projeto do gasoduto é importante e que todas as formalidades para a tomada de empréstimo foram cumpridas no acordo. Lauro



Durante o debate na Comissão de Assuntos Econômicos, senadores destacaram a importância da obra

Campos explicou que votou contra o pedido do governo porque teme um aumento do endividamento externo do país, a exemplo do que ocorreu na década de 70.

— O endividamento externo de países periféricos tem preocupado muita gente. Espero que esse endividamento não venha sufocar o comércio internacional. A curto prazo, é ótimo esse empréstimo, pois nos ajuda a fazer obras, mas estamos repetindo os erros do passado — afirmou Lauro Campos.

O senador Júlio Campos (PFL-MT) disse que a construção do gasoduto é importante, principalmente para a região Centro-Oeste. “Essa obra vem coroar o processo de desenvolvimento da região”, observou. Quanto ao financiamento junto ao BID e Banco Mundial, Júlio Campos sustentou que

“é dinheiro barato, quase a fundo perdido”.

Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) observou que a obra está seguindo o cronograma previsto e fortalece a economia nacional. Levy Dias (PPB-MS) também argumentou em favor da aprovação dos pareceres e Leonel Paiva (PFL-DF) declarou que espera em breve poder festejar a extensão do gasoduto para Brasília e Goiás.

Ao elogiar o projeto do gasoduto, Pedro Piva disse que muitas indústrias de São Paulo se beneficiarão com a obra, que traz ao país um novo sistema de energia a gás — a mais barata do mundo. O senador Esperidião Amin (PPB-SC) afirmou que seu partido vai recomendar ao governo que intensifique a construção dessa obra e o senador José Fogaça (PMDB-RS) lem-

brou que o gasoduto existe graças à aprovação de leis que permitiram a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A criação dessas agências, observou, permitiu a abertura da Petrobras, que pode trabalhar com empresas subsidiárias.

Nos seus dois pareceres, o senador Jefferson Péres acrescentou dez condições para a assinatura dos contratos, dentre as quais estão a implantação de mecanismos de supervisão ambiental e um plano de desenvolvimento das comunidades indígenas. Exigiu, ainda, que sejam aprovados os demais empréstimos multilaterais e a demonstração de que o fiador não possui mais de 51% do capital da TBG, diretamente ou através de empresas controladas.

Pagamento ao INSS poderá ser trimestral

Empresários, trabalhadores autônomos e empregados domésticos poderão pagar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a cada três meses, em vez do pagamento mensal feito atualmente, segundo estabelece projeto de lei da Câmara que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). O projeto já tem parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), será votado pelo plenário do Senado e, se aprovado, irá à sanção do presidente da República.

De autoria do deputado Arnaldo Madeira, a matéria foi relatada na CAE pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR) e é de interesse do Ministério da Previdência Social. De acordo com o projeto, empresários, trabalhadores autônomos e empregados domésticos com salário-base de contribuição para o INSS de até R\$ 206,37 poderão fazer o pagamento a cada três meses. Esses segurados são de baixa renda e pagam, em média, por mês, R\$ 26,00 à Previdência. A medida evitará, segundo o relator, o transtorno do pagamento mensal do INSS. “Os contribuintes despendem menos esforços para efetuar os recolhimentos, além de poderem melhor distribuir seus fluxos de gastos”, observou.

A iniciativa também terá economia para o INSS, que paga tarifas bancárias para receber as contribuições. Atualmente, a tarifa cobrada pelo banco é de R\$ 1,84, absorvendo entre 5,7% e 7,1% do valor arrecadado, percentuais muito acima da taxa básica de juros de mercado, que é de 2,8%, segundo justificou o deputado Arnaldo Madeira.



Osmar vê vantagens no projeto

Rejeitada mudança das normas para a fermentação de vinho

Com base em parecer do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou ontem, por unanimidade, projeto de autoria do deputado Nelson Marquetti que muda as regras para a fermentação do vinho. Além de não ter sido acolhido, o projeto foi alvo da ironia dos senadores.

“Esse projeto é um horror, não deveria nem estar na pauta de discussão, pois é contra o estômago dos consumidores”, protestou o senador Júlio Campos (PFL-MT). José Fogaça (PMDB-RS) completou: “É realmente um horror, pois esse projeto faria

com que o vinho de nosso país perdesse a competitividade e a confiabilidade no mercado internacional”.

De acordo com Osmar Dias, o projeto, além de ferir o código vitivinícola do Mercosul, foi condenado pela Coordenação de Inspeção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e pela União Brasileira de Viticultura (Uvibra). O projeto da Câmara altera a Lei nº 7.678, de 1988, que trata da produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva. O deputado pretendia, com a iniciativa, permitir a adição de álcool vínico, suco de fruta fermentado,



Campos: prejuízo aos estômagos

sacarose e xarope de sacarose invertida na fermentação do vinho.

Segundo Osmar Dias, os acordos firmados com os países do Mercosul proíbem qualquer possibilidade do uso de xarope de sacarose invertida, e o Brasil, inclusive, deve propor um plano para a eliminação gradual da sacarose na fabricação do vinho. Citando o parecer dado pela Uvibra, Osmar Dias observou que, se o Brasil utilizar esses pro-



Fogaça: perda de competitividade

duto, estará depondo contra a imagem do vinho nacional.

Esperidião Amin (PPB-SC), que também votou com o relator, pela rejeição do projeto, disse que a alteração pretendida baixaria os padrões de qualidade do vinho. Por último, Gilberto Miranda (PFL-AM) ironizou: “O projeto não é totalmente ruim, acho que serviria para lavar piso sujo, mas, mesmo assim, voto contra”.

Projeto beneficia os ex-proprietários rurais

Os ex-proprietários de terras que tiveram terras alienadas para pagar dívidas originadas de operações de crédito poderão estar entre os primeiros beneficiados na distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária. Mais um passo nesse sentido foi dado ontem, depois de a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovar, por unanimidade, parecer do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) a projeto de lei do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

A proposta, que segue para votação em plenário, emenda o artigo 19 da lei que regulamenta a reforma agrária, incluindo os produtores que perderam suas propriedades na terceira posição da lista de prioridade de recebimento de terras. "O projeto permite o retorno de parte desses produtores à atividade agropecuária", afirmou o relator.

Lúdio diz que muitos produtores perderam terras e foram excluídos da atividade produtiva por causa dos altos juros incidentes sobre o crédito rural. "A medida vem sanar uma evidente e injusta lacuna da lei, dado que



Lúdio: sanando "lacuna da lei" o Incra é comprador preferencial das terras arrebanhadas pelo Banco do Brasil, a título de pagamento de débitos dos produtores", justifica Lúdio Coelho.

O projeto original incluía também profissionais de ciências agrárias, de níveis médio e superior, entre os preferencialmente favorecidos pela distribuição de lotes. Mas destaque do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) recebeu o apoio da maioria dos membros da comissão, o que levou a rejeição do dispositivo. Os senadores Osmar Dias (PSDB-PR) e Júlio Campos (PFL-MT) absteram-se, por serem engenheiros agrônomos.

Comissão define novas regras para acordos internacionais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por unanimidade, parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) a projeto de resolução do senador Gilberto Miranda (PFL-AM), determinando que as operações de crédito externo, vinculadas à aquisição de bens e serviços oriundos de acordos internacionais, devem obedecer às normas para licitações e contratos na administração pública. A proposta altera a Resolução nº 96, de 1989, do Senado, que define as regras para os financiamentos externos e internos contratados pelo governo federal.

"Trata-se de uma medida altamente moralizadora", afirmou Fogaça. Para Gilberto Miranda, a medida aprofunda o rigor na

preservação do interesse nacional nas operações externas que envolvam a compra de bens e serviços. Porém, disse ele, não se trata de reserva de mercado, mas de uma medida que impede a aprovação de projetos que não tiverem a transparência necessária.

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) acredita que a medida é uma legítima providência para salvaguardar os empregos no Brasil. "Nos Estados Unidos, o Congresso é responsável pelos mecanismos que preservam os empregos", disse, recordando o empenho do governo daquele país em efetivar o contrato entre a empresa norte-americana Raytheon e o governo brasileiro para a implantação do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), que proporcionou 20 mil postos de trabalho para os EUA.

"O projeto regulamenta algo que a Comissão de Assuntos Econômicos deveria fazer. Muitos desses acordos internacionais têm uma taxa de imoralidade embutida", afirmou o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC). O senador Lauro Campos (PT-DF) parabenizou Miranda pela iniciativa. A proposta segue para apreciação do plenário.



Kleinübing elogiou a iniciativa

Presidente do BC e secretário da Receita Federal confirmam depoimento à Comissão de Assuntos Econômicos no dia 17

Franco e Everardo falam sobre o déficit público

O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, deverão comparecer à reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do próximo dia 17, às 10h, a fim de prestar esclarecimentos aos senadores sobre as iniciativas do governo para o combate ao déficit público. O convite às autoridades foi aprovado pela CAE a pedido do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) na reunião da semana passada.

Depois de entendimentos com o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), Franco e Everardo confirmaram seus depoimentos à CAE naquela data. O requerimento de Jefferson pedia também a convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, mas, por solicitação de Kleinübing, o pedido foi transformado em convite ao presidente do BC e ao secretário da Receita, sob a condição de serem confirmadas as presenças. "O presidente do Banco Central, inclusive, manifestou sua vontade de vir à Comissão de Assuntos Econômicos", afirmou Kleinübing.



Gilberto Miranda e o presidente da CAE, senador Pedro Piva

REGRAS INTERNAS

Uma reunião extraordinária da CAE foi marcada para hoje, após a Ordem do Dia, para discussão da resolução de funcionamento interno da comissão. "É impossível que já próximos do recesso de julho, não tenhamos encontrado tempo para apreciar as regras dos nossos próprios trabalhos", reclamou Kleinübing, que tem defendido reiteradamente a necessidade de a CAE revisar seu regulamento. A pedido do senador Gil-

berto Miranda (PFL-AM), outros projetos considerados importantes também serão incluídos na reunião de hoje.

A comissão também aprovou requerimento do senador José Bianco (PFL-RO) pedindo informações ao ministro Pedro Malan sobre autorização de crédito de R\$ 50 milhões para a Companhia de Habitação de Rondônia. Para o senador, o empréstimo pode ter sido feito com "créditos podres".

Senadores autorizam crédito do Bird para o Fundescola

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem parecer do senador Leonel Paiva (PFL-DF) favorável à solicitação do governo federal para contratar empréstimo de US\$ 62,5 milhões junto ao Banco Mundial (Bird), destinado a financiar o Projeto de Fortalecimento da Escola, o Fundescola I. O Fundescola é de responsabilidade do Ministério da Educação e do Desporto e objetiva a melhoria do ensino fundamental nas regiões Norte e Centro-Oeste, por meio de convênios com os estados interessados.

Em seu parecer, Leonel Paiva levou em conta os relatórios técnicos do Banco Central, da Procuradoria Geral da Receita Federal e da Secretaria do Tesouro Nacional, que demonstram que as condições para o financiamento estão asseguradas. A operação de crédito está dentro dos



Leonel foi o relator do projeto na comissão

limites de endividamento da União, e o Fundescola consta do plano plurianual da União para 1996-1999 e da Lei Orçamentária. As taxas de juros para a operação foram, segundo Leonel Paiva, estabelecidas em 6,61% ao ano, muito abaixo da média dos custos das operações de crédito contratadas pelo setor público brasileiro com bancos privados, de 9,82% anuais. O empréstimo tem ainda prazo de carência de

três anos e meio, a ser amortizado em 18 parcelas semestrais.

O Fundescola visa estabelecer padrões mínimos de qualidade, capacitação de professores e melhoria das condições físicas das unidades escolares. Os recursos serão aportados diretamente às escolas, ressalvados os montantes destinados à compra de móveis e equipamentos, que serão de responsabilidade dos estados.

Osmar Dias condena a privatização de rodovias paranaenses

Ao classificar de "grande patifaria" o processo de privatização de 2.050 km de rodovias no estado do Paraná, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou que "a cobrança exorbitante de pedágio prejudicará igualmente produtores, transportadores e consumidores, e somente será bem-vinda para empreiteiras e candidatas às eleições de 1998, que terão suas campanhas financiadas por elas".

Osmar afirmou que a privatização é um processo muito saudável para a economia de um país, por passar para a iniciativa privada tarefas que o Estado não tem realizado bem. "Mas é preciso haver regras e critérios que assegurem a honestidade das transações", disse, lembrando a frase do ex-presidente João Figueiredo: "Sou favorável à privatização desde que não sirva para entregar patrimônio público a empresas privadas que tirarão proveito demais".

Segundo o senador, o governo paranaense loteou os 2.050 km entre as empreiteiras, sem discutir o tema com a sociedade ou com a Assembleia Legislativa do estado. "Em consequência, os paranaenses estão pagando o pedágio mais caro do Brasil. R\$ 280 por viagem para uma carreta entre 27 e 30 toneladas, partindo da região de Foz de Iguaçu até o porto de Paranaguá. Se a carreta fizer 10 viagens por mês, em três anos,

o transportador terá pago de pedágio o equivalente ao preço da própria carreta, R\$ 99 mil reais", disse.

E prosseguiu: "É claro que o transportador não arcará com esses custos, repassando-os tanto para os produtores agroindustriais quanto para os consumidores. No caso das exportações, a situação é mais perversa, porque esse pedágio se refletirá no 'custo Brasil', tornando nossos produtos ainda menos competitivos nos mercados internacionais".

Citando dados da Secretaria de Transportes do estado, Osmar Dias afirmou que a arrecadação das empreiteiras será de R\$ 13 bilhões nos 24 anos de concessão. "Somente 350 km do total são de rodovias duplicadas, ou seja, de quatro pistas. Se as concessionárias decidirem duplicar os 1.700 km de rodovias que faltam, o custo será de R\$ 1,5 bilhão. Adicionando um pequeno custo para acostamento, chegamos à conclusão de que as empresas terão um lucro líquido de R\$ 11 bilhões", concluiu.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou ser preocupante o custo do pedágio para transporte de carga. "Esse será mais um motivo para que comecemos a utilizar mais as ferrovias e hidrovias para o transporte pesado no Brasil, em vez de privilegiar o uso das rodovias."

Parlamentar pede à bancada de Goiás para ajudar comissão dos trabalhadores rurais a ser recebida pelo governador Naphthali Alves

Suplicy critica ação da PM goiana contra sem-terra

Ao denunciar violência da Polícia Militar de Goiás por ocasião da desocupação da fazenda Nova Floresta, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um apelo aos senadores goianos no sentido de interceder junto ao governador Naphthali Alves, para que ele receba uma comissão de parlamentares e trabalhadores sem-terra que reivindicam uma solução para o impasse.

"Condenamos veementemente a ação da PM no despejo de Itaguaí e pedimos esclarecimentos ao governador de Goiás. A fazenda Nova Floresta deve ser imediatamente desapropriada e nela assentados os trabalhadores que ali estão acampados há um ano e meio. Os senadores petistas apoiam essa luta, na esperança de que as 200 famílias envolvidas no conflito



Suplicy: desapropriação imediata

to não sejam ainda mais penalizadas", disse Suplicy.

Em aparte, o senador Iris Rezen-de (PMDB-GO) garantiu que o governador Naphthali Alves está pronto para receber a comissão, para dar os esclarecimentos sobre a ação da PM de Goiás. "As ações do MST no estado sempre

foram tratadas com consideração pelo governo e pela PM, nunca tendo havido episódios lamentáveis como ocorreram em outros estados. A fazenda Santa Rosa foi invadida e desocupada três vezes e não houve violência."

Iris afirmou que a invasão de Itaguaí chocou a comunidade da região por se tratar de uma fazenda produtiva. "Por isso, o juiz determinou a reintegração de posse da fazenda Nova Floresta. A desocupação também teria ocorrido de maneira pacífica, não fossem as ações isoladas de alguns trabalhadores que acabaram resultando em conflito. O governador receberá os que se consideram injustiçados para permitir uma solução, dentro da lei", concluiu o senador.

Senador quer apoio para mãe brasileira

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a interferência do Senado em favor da brasileira Vagna Aparecida Bandeira, de 33 anos, que está no Líbano tentando resgatar seus dois filhos, seqüestrados pelo próprio pai, que é libanês. "Ela se encontra há 12 dias em greve de fome, na Embaixada do Brasil em Beirute, e se recusa a voltar ao Brasil sem os filhos Bilal, de 4 anos, e Hamze, de apenas um ano e oito meses", explicou.

Para Suplicy, a Comissão de Relações Exteriores do Senado pode interceder junto ao governo brasileiro no sentido de pressionar diplomaticamente o governo do Líbano a permitir que Vagna regressasse com os filhos que lhe foram tirados de maneira violenta pelo marido, Atef Abbas, que chegou a falsificar sua assinatura para poder sair do Brasil com as crianças.

Vagna, que está em Beirute acompanhada da deputada Dalila Figuei-

redo (PSDB-SP), está fraca e deprimida. "O embaixador do Brasil, Michael Neele, está fazendo tudo o que pode, mas até agora não conseguiu fechar um acordo para que mãe e filhos possam retornar ao Brasil e solucionar a questão familiar aqui. É necessária uma solução imediata para essa injustiça com uma mãe brasileira que teve seus filhos seqüestrados de maneira desumana e arbitrária", concluiu Suplicy.

Benedita destaca exposição de Dupé

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) convidou ontem todos os parlamentares para visitarem o espaço cultural Senado Galeria, onde está sendo realizada durante esta semana a exposição de pintura do artista Domingos Ferreira da Silva, o Dupé, que trabalha em telas com os pés.

Na opinião da senadora, Dupé, que é evangélico, expressa com "grande sentimento as cores das paisagens, cujos componentes parecem ter vida". Benedita da Silva declarou que estava assim prestando uma homenagem ao artista, que, a seu ver, "é um grande pintor".



Benedita da Silva: "grande pintor"

Jefferson Péres aconselha professores a encerrar greve

O impasse entre professores das universidades federais, em greve há mais de dois meses, e o Ministério da Educação preocupa o senador Jefferson Péres (PSDB-AM). Ele fez um apelo ontem para que o comando do movimento aceite a proposta apresentada pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Para Jefferson, o governo está oferecendo aos docentes universitários um aumento inédito para os servidores desde a adoção do Plano Real. De acordo com a proposta, professores com mestrado ou doutorado receberiam uma gratificação que pode chegar a 56,63%, além de incorporar esse benefício ao salário.

— O valor da gratificação varia

de acordo com o total de horas dedicadas às atividades acadêmicas de ensino e pesquisa. Os benefícios são proporcionalmente maiores para os professores que ganham menos — observa o senador amazonense.

Jefferson Péres ressaltou os prejuízos decorrentes da paralisação. Ele acredita que prolongar o impasse por mais algumas semanas fatalmente levará ao cancelamento do semestre letivo. Há ainda o agravante da lei eleitoral impor o próximo dia 30 como data-limite para fazer com que o projeto das gratificações tramite e seja aprovado no Congresso. "Caso contrário, os professores universitários ficarão privados de qualquer



Jefferson defende proposta do MEC reajuste até o ano que vem", alertou Jefferson.

Os efeitos da greve, para o senador, já prejudicam não apenas os estudantes, "desencantados com a falta de aulas, com a desmotivação geral e com a impossibilidade de prever a data da formatura", como também considerável contingente de docentes que decidiram não aderir à greve mas mesmo assim tiveram seus salários de maio retidos.

Informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, transmitidas ao senador pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, indicam que o sertão só terá inverno regular em 1999

Suassuna prevê oito meses de seca

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) informou ontem por ouvido do presidente Fernando Henrique Cardoso que o sertão nordestino, sobretudo as áreas de Curimataú, Cariri e Agreste, terão não quatro, mas oito meses de seca. Munido de dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o presidente da República disse que a Zona da Mata ainda vai receber chuva, mas o interior do sertão só terá inverno regular no próximo ano.

Reproduzindo as informações ouvidas nesse encontro com o presidente, Suassuna disse que o *El Niño* encerrou seu ciclo, não estando mais o país à mercê de suas conseqüências, porém sujeito a fenômenos oriundos do Atlântico. Ainda mencionando o estudo do Inpe, ele acrescentou que, embora o Nordeste continue sacrificado pela seca, é certo que não haverá enchentes no Sul do país.

O senador apelou ao governo para que a ajuda destinada

aos flagelados da seca chegue com a maior rapidez possível. Ele lembrou que os 1.200 municípios atingidos pela estiagem não estavam preparados para quatro meses sem água. "Imagine para seis!", comparou. Observando que Fernando Henrique Cardoso está tomando todas as providências para neutralizar os danos resultantes desse fenômeno, o senador pediu que o Parlamento se engaje concretamente nessa luta.



Suassuna: acaba ciclo do *El Niño*

Amorim defende saneamento

Amorim quer ajuda ao Beron

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) questionou ontem por que o governo federal - que "já ajudou vários bancos" - não auxilia o Banco de Rondônia (Beron). Em seu discurso, ele fez um apelo ao presidente da República para determinar que o Banco Central, em vez de liquidar, saneie o Beron. Segundo o senador, é de R\$ 502 milhões a dívida da instituição.

Amorim disse que Rondônia poderá arcar com 50% dos recursos necessários ao saneamento, pois o prejuízo do Beron, antes da intervenção do Banco Central, em 1995, era de apenas R\$ 21 milhões. Entre as vantagens do saneamento, apontou também a preservação dos empregos dos que estão prestes a ser demitidos.

- Desta forma, o presidente estará atendendo aos anseios da população de Rondônia, que não deseja o fechamento do Beron e teme este endividamento criado pelo Banco Central, que compromete 10% da renda líquida real do estado, ao longo de 30 anos.

Conforme o senador, antes da intervenção do BC, o Beron tinha R\$ 15 milhões em caixa, o que seria suficiente para equilibrar sua situação, visto que devia apenas R\$ 21 milhões.

Patrocínio defende esforço pela conclusão da ferrovia Norte-Sul

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) conclamou deputados e senadores a se engajarem num esforço para a construção da ferrovia Norte-Sul, argumentando que ela não beneficia apenas alguns estados, mas todo o país, por reduzir significativamente o custo que pesa sobre a produção brasileira. Ele anunciou que o Banco Mundial deverá dar garantias para que a iniciativa privada conclua essa obra.

Patrocínio mencionou reunião realizada na última semana, entre governadores do Norte e do Centro-Oeste, para discutir a conclusão dessa ferrovia. Promovido pela Organização Jaime Câmara, o encontro reuniu os governadores do Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Pará, representantes do governo de Mato Grosso e de outros



Patrocínio: obra beneficia o país

estados. Conforme Carlos Patrocínio, 106 quilômetros da ferrovia iniciada no governo José Sarney estão feitos, ligando Imperatriz a Açailândia, no Maranhão, estando ainda prevista a construção de 120 quilômetros, ligando o Maranhão ao Tocantins. Ele elogiou o trabalho da Companhia Valec de Engenharia, que, conforme o par-

lamentar, está procurando parceiros em todo o mundo para concluir a ferrovia.

Ele sustentou que se trata de obra de integração nacional, visto que liga Belém, no Pará, a Senador Canedo, em Goiás. Também situou essa ferrovia na mesma escala de importância da ponte rododiferroviária que liga São Paulo a Mato Grosso do Sul, recentemente inaugurada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em aparte, o senador Leonel Paiva (PFL-DF) disse que a ferrovia Norte-Sul não é destinada só aos estados onde a linha do trem vai passar, mas uma obra para o Brasil inteiro. Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que uma obra como essa não se encerra em si mesma, "está dentro do contexto do transporte intermodal".

TV Senado debate capital estrangeiro

O Brasil tem amplas condições de ser a melhor opção para os investimentos estrangeiros. Essa é a opinião do presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) Alfredo Rizkallah, que participa hoje, na TV Senado, do programa "Agenda Econômica".

Para Rizkallah, a entrada de capital estrangeiro no país é importante, porque o Brasil precisa crescer, mas não tem suficiente poupança interna para investimento. Mas ele lamenta que notícias pessimistas acabem provocando uma fuga dos capitais para mercados mais seguros.

Além do presidente da Bovespa, participam do debate os jornalistas Marcelo Cordeiro, do *Jornal do Brasil*, e Floriano Filho, da TV Senado. O "Agenda Econômica" vai ao ar hoje às 8h.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o deputado federal Sarmey Filho (PFL-MA) sobre o meio ambiente e as regulamentações legais para a área

8h - "Agenda Econômica" - entrevista com o presidente da Bovespa Alfredo Rizkallah e o jornalista Marcelo Cordeiro, do *Jornal do Brasil*, sobre as bolsas de valores

9h30 - Entrevista com o deputado federal Sarmey Filho (PFL-MA) sobre o meio ambiente e as regulamentações legais para a área

10h - Comissão de Constituição e Justiça - proposta de emenda constitucional que fixa percentuais mínimos das receitas dos municípios, estados e União para serem aplicados no Sistema Único de Saúde

Logo após - Comissão de Assuntos Sociais - projeto que permite a movimentação do FGTS quando houver mudança de regime jurídico

14h30 - Sessão plenária deliberativa (vivo) - votação da proposta de emenda constitucional que acaba com a guerra fiscal entre os estados

Logo após - Comissão de Educação - audiência pública com os ministros Paulo Renato Souza, da Educação, e Luiz Carlos Mendonça de Barros, das Comunicações, e com o porta-voz da Presidência da República Sérgio Amaral

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) e Francisco de Assis Diniz, do Instituto Nacional de Meteorologia, sobre as alterações causadas pelo fenômeno *El Niño* no Brasil

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - "Fala, Cidadão"

6h30 - Telejornal "Congresso Nacional"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

10h - Comissão de Assuntos Sociais

13h30 - Jornal do Senado (2ª edição)

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

Simon relata encontro de parlamentares com o papa

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) relatou ontem o encontro que o Grupo Cristão do Parlamento Brasileiro, liderado pelo vice-presidente da República, Marco Maciel, teve com o papa João Paulo II, em maio passado, no Vaticano. "O encontro foi extraordinariamente emocionante, pois estávamos diante de um mártir", disse o senador.

Solicitando a transcrição integral nos Anais da Casa, Pedro Simon leu trechos do discurso proferido pelo papa, com algumas reflexões acerca da condição de políticos católicos dos parlamentares brasileiros.

— Se não tiverdes receio de testemunhar e defender um sadio humanismo cristão, também no ambiente político e social, sereis capazes de afirmar que o bem comum está sempre acima dos interesses partidários. Entre as vossas missões, uma das mais importantes é, sem dúvida, o aperfei-

çoamento permanente do corpo legislativo, a fim de que as leis estejam a serviço da vida e de todas as pessoas. Uma legislação positiva não pode ser constituída independentemente do respeito da lei natural e dos valores morais fundamentais — disse o Papa aos parlamentares.

Simon lembrou ainda que foi rezada uma missa na Basílica de São Pedro, pelo cardeal Dom Geraldo Majella Agnelo. Em sua pregação, Dom Geraldo explicou que o Concílio Ecumênico Vaticano II, celebrado nos anos 60, reconheceu aos leigos cristãos, com particular atenção aos que se dedicam à atuação política, um lugar e uma missão de primeira ordem, não somente no que se refere às responsabilidades da vida e missão eclesiais, mas enfatizando aquilo que se refere à missão e ao apostolado dos leigos, isto é, que são arautos do Evangelho de Cristo e representantes da Igreja em meio aos muitos campos da vida do homem em sociedade.

Jonas destaca compromisso com os princípios cristãos

A importância política e religiosa do encontro que um grupo de parlamentares cristãos, liderados pelo vice-presidente da República, Marco Maciel, manteve com o papa João Paulo II no Vaticano foi destacada ontem pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que também fez parte da comitiva. "Temos certeza de que contribuirá para que possamos, cada vez mais, orientar a nossa ação política pelos elevados princípios cristãos", afirmou o senador.

Jonas Pinheiro explicou que os parlamentares que estiveram com o papa têm o compromisso de defender no Congresso Nacio-

nal os princípios da ética cristã, os ditames morais católicos emanados da Cátedra de São Pedro, bem como seus dogmas de fé e preceitos religiosos. Ressaltou que o grupo foi homenageado com uma missa na Basílica de São Pedro, rezada por Dom Geraldo Majella Agnelo, antigo arcebispo de Londrina, que lembrou a responsabilidade de que é investido todo leigo católico de difundir até os confins da terra a palavra de Cristo.

Um artigo do cardeal primaz do Brasil e presidente da CNBB, dom Lucas Moreira Neves, publicado sob o título "Parlamentares no Vaticano", também foi destacado pelo senador.

Tuma recebe ministro da Nova Zelândia

O presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Romeu Tuma (PFL-SP), recebeu ontem, no Salão Nobre, o ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio da Nova Zelândia, Don Mc Kynnon, que esteve no Senado em visita de cortesia, acompanhado de comitiva diplomática. Eles conversaram principalmente sobre os efeitos da crise asiática em relação à Nova Zelândia, que,

segundo o ministro, sofreu decréscimo de cerca de 1% no seu PIB.

Dentro dessa preocupação, disse Romeu Tuma, o ministro neozelandês manifestou otimismo com as perspectivas de recuperação econômica do Japão, país com o qual a Nova Zelândia tem grande interdependência comercial. Tuma acrescentou que, de acordo com o ministro, a Nova Zelândia está investindo em parcerias econômicas na América do Sul.

Entre as propostas aprovadas, estão as emendas da reforma administrativa, do serviço civil e da moradia como direito fundamental

Senado apreciou 57 matérias em maio

O Senado apreciou 57 matérias somente durante o mês de maio, e um total de 188 desde o início do ano. Foram aprovadas a reforma administrativa, que será promulgada nos próximos dias, e as emendas constitucionais instituindo o serviço civil obrigatório e incluindo o acesso à moradia entre os direitos fundamentais garantidos aos cidadãos, enviadas

à apreciação da Câmara dos Deputados.

O plenário aprovou 50 matérias em maio e arquivou sete. Dos 20 projetos que foram à promulgação, 16 referem-se a operações de crédito e quatro são acordos internacionais.

Outras aprovações deste mês: a regulamentação dos planos de saúde, a programação monetária

do governo para o segundo trimestre do ano, o programa de estímulo ao primeiro emprego para jovens de 14 a 18 anos, a inclusão de municípios do Espírito Santo na área da Sudene e o restabelecimento da exigência de dedicação integral para percepção da gratificação pelos servidores da área de ciência e tecnologia.

Comunicação de massa será debatida em audiência pública

A Comissão de Educação promove hoje, às 18h, audiência pública sobre o tema "Projeto de lei de comunicação de massa: estruturação, operacionalização e manutenção dos serviços de radiodifusão brasileiros — regulamentação das retransmissoras de TV e rádio educativas".

Participarão da audiência o embaixador Sérgio Amaral, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República; o assessor de Comunicação Social do Ministério da Educação, François René Silva Lima, representando o ministro Paulo Renato Souza; Júlio Maria Ferreira, presidente da Associação Nacional de TVs Educativas Comunitárias; Margarida Ramos, superintendente do Canal Futura; Cláudio Márcio Magalhães, diretor da TV Cultura de Ouro Preto; Jorge da Cunha Lima,



Comissão de Educação promoverá debate por solicitação de Emília diretor-presidente da Fundação Padre Anchieta — Centro Paulista de Rádio e TVs Educativas; José Antonio Vieira da Cunha, presidente da TV Educativa do Rio Grande do Sul, e Gabriel Priolli, diretor da TV PUC/São Paulo, canal educativo da PUC.

A audiência pública foi solicitada pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS). No requerimento, ela lembrou que o Ministério das

Comunicações deverá enviar ao Congresso projeto da Lei de Comunicação de Massa que "afetar-se-á de perto a estruturação, operacionalização e manutenção dos serviços de radiodifusão brasileiros". A senadora destacou a importância da regulamentação das retransmissoras educativas e de a comissão do Senado integrar-se ao debate sobre a matéria.

PREFEITO DE CURITIBA VISITA ACM



O senador Antonio Carlos conversou com o prefeito Cássio Taniguchi

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi, para uma visita de cortesia. Após o encontro, o prefeito disse que aproveitou a oportunidade para conversar sobre matérias de interesse do município, inclusive a tramitação do projeto que altera a forma de cobrança do ICMS.

De acordo com Taniguchi, se a matéria for aprovada, determinando a incidência do imposto na fonte, Curitiba será beneficiada com aumento de mais de R\$ 7 milhões na arrecadação.